

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31.12.2020 do SICOOB AC CREDI - Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Leste e Nordeste Mineiro Ltda na forma da Legislação em vigor.

1. POLÍTICA OPERACIONAL

Em 2020 o SICOOB AC CREDI completou 24 anos da sua fundação mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos, captação de depósitos.

2. AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

No exercício de 2020, o SICOOB AC CREDI obteve um resultado bruto de R\$5.536.714,82 após pagamentos dos impostos, representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 12% a.a. Deduzido o valor de R\$472.468,49 para pagamento de juros ao capital e após dedução de um ajuste de exercícios anteriores relacionado ao ano 2019 no valor de R\$184.603,28, as sobras líquidas totalizaram R\$4.879.643,05. Descontadas as destinações obrigatórias de R\$253.212,32 para FATES – Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (AC) e de R\$2.278.910,85 para fundo de reserva, foram transferidos R\$2.347.519,88 para a conta de sobras ou perdas acumuladas, cuja destinação será definida em Assembleia Geral.

3. ATIVOS

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$126.909.879,87. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$152.749.447,47, sendo 100% de carteira comercial. Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31.12.2020 o percentual de 18,72% da carteira, no montante de R\$28.594.647,93. Os Ativos Totais chegaram ao valor de R\$296.009.149,16, com evolução de 55% sobre o exercício anterior.

4. CAPTAÇÃO

As captações, no total de R\$222.078.008,44, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 58%. As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$100.794.906,88	45%
Depósitos a Prazo	R\$ 21.283.101,56	55%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31.12.2020 o percentual de 15,22% da captação, no montante de R\$33.635.361,14.

5. PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA

O Patrimônio de Referência do SICOOB AC CREDI era de R\$38.010.156,30. O quadro de associados era composto por 16.674 cooperados, havendo um acréscimo de 17% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. POLÍTICA DE CRÉDITO

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas As consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações. A Singular passou a utilizar-se dos serviços prestados pela Cobrança Centralizada do SICOOB, visando padronizar os procedimentos de cobrança de créditos de difícil recuperação. O SICOOB AC CREDI adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99

7. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão. Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado pelo SICOOB CENTRAL CECREMG.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. CONSELHO FISCAL

Eleito na AGO 2019, com mandato até a AGO de 2022, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. CÓDIGO DE ÉTICA

Todos os integrantes da equipe do SICOOB AC CREDI aderiram, em 2012, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. SISTEMA DE OUVIDORIA

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2020, a Ouvidoria do SICOOB AC CREDI registrou 75 (setenta e cinco) manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia

reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito. Das 75 (setenta e cinco) reclamações, 45 (quarenta e cinco) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. FUNDO GARANTIDOR DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO - FGCOOP

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14. Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Governador Valadares (MG), 22 de janeiro de 2021.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

Diretoria Executiva

José Elias Neto – Diretor de Operações
Nilton Bento Vieira – Diretor Comercial

Conselho de Administração

Ivo de Tassis Filho – Presidente do Conselho de Administração
Mário Costa Júnior – Vice-Presidente do Conselho de Administração
Napoleão Antônio Sabino Júnior – Conselheiro de Administração
Roberto Aguiar Menezes – Conselheiro de Administração
Evandro Chaves Teixeira – Conselheiro de Administração
Ronaldo de Souza Ramos – Conselheiro de Administração

Conselho Fiscal

Nilton Porcaro – Coordenador do Conselho Fiscal
Bianor da Silva Cunha – Conselheiro Fiscal Efetivo
João Marcio Luiz de Almeida – Conselheiro Fiscal Efetivo
Francisco Avelino Jorge – Conselheiro Fiscal Suplente
Luiz Mauro de Paula Coelho – Conselheiro Fiscal Suplente
Renant da Costa Lemos – Conselheiro Fiscal Suplente

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Nota	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO			
Circulante		296.009.149,16	190.594.352,57
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	194.865.475,86	127.913.407,29
Disponibilidades		130.192.425,67	71.479.519,28
Centralização Financeira - Cooperativas	6	3.282.545,80	4.739.613,74
Instrumentos Financeiros	5	126.909.879,87	66.739.905,54
Títulos e Valores Mobiliários		401.360,12	403.574,23
Operações de Crédito	7	401.360,12	403.574,23
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		59.595.045,52	51.423.946,18
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		53.275.183,52	46.438.357,28
Financiamentos		(3.135.925,74)	(2.252.797,40)
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		9.755.798,04	7.376.003,19
Outros Créditos	8	(300.010,30)	(137.616,69)
Créditos por Avals e Fianças Honradas		1.121.605,15	1.484.945,29
Rendas a Receber		171.514,40	259.034,32
Diversos		397.021,66	315.721,65
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		327.448,96	548.982,72
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		365.001,34	547.399,76
(-139.381,21)		(186.193,16)	
Outros Valores e Bens	9	3.555.039,40	3.121.422,31
Outros Valores e Bens		3.640.246,43	3.165.850,88
(-) Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens		(216.756,99)	(216.756,99)
Despesas Antecipadas		131.549,96	172.328,42
Não Circulante		101.143.673,30	62.680.945,28
Realizável a Longo Prazo		85.690.201,40	50.069.728,06
Operações de Crédito	7	84.216.898,79	48.802.759,22
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		63.484.082,86	33.243.840,52
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(4.970.355,08)	(4.634.811,48)
Financiamentos		26.234.383,05	20.479.051,78
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(531.212,04)	(285.321,60)
Outros Créditos	8	1.473.302,61	1.266.968,84
Devedores por Depósitos em Garantia		1.473.302,61	1.266.968,84
Permanente		15.453.471,90	12.611.217,22
Investimentos	10	8.307.547,08	7.352.033,14
Participação em Cooperativa Central de Crédito		4.363.888,22	3.670.699,19
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Credito		3.943.658,86	3.681.333,95
Imobilizado de Uso	11	7.074.749,81	5.251.724,01
Imobilizado de Uso		10.293.028,93	8.057.360,68
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(3.218.279,12)	(2.805.636,67)
Intangível		71.175,01	7.460,07
Ativos Intangíveis		706.151,42	581.826,15
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		(634.976,41)	(574.366,08)
Total do Ativo		296.009.149,16	190.594.352,57
PASSIVO			
Circulante		251.529.544,37	147.835.125,85
Depósitos	12	250.220.606,26	146.459.382,00
Depósitos à Vista		222.078.008,44	140.154.008,96
Depósitos Sob Aviso		100.794.906,88	48.343.924,45
Depósitos a Prazo		1.053.452,12	1.056.110,57
Relações Interdependências	14	120.229.649,44	90.753.973,94
Recursos em Trânsito de Terceiros		14.800,63	58.467,27
Obrigações por Empréstimos e Repasses	13	18.000,63	58.467,27
Obrigações Por Repasses		21.138.293,48	-
Outras Obrigações	15	6.989.503,71	6.246.905,77
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		254,22	57.956,47
Sociais e Estatutárias		2.821.962,57	2.388.261,18
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		532.948,57	475.152,70
Diversas		3.634.338,35	3.225.535,42
Não Circulante		1.308.938,11	1.375.743,85
Outras Obrigações		1.308.938,11	1.375.690,93
Diversas		1.242,36	3.022,38
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis		1.307.695,75	1.372.668,55

BALANÇO PATRIMONIAL 2020

SICOOB AC CREDI – COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO LESTE E NORDESTE MINEIRO LTDA



Receita de Exercício Futuros		52,92
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	44.479.604,79	42.759.226,72
Capital Social	22.808.135,92	25.033.156,44
De Domiciliados no País	22.834.702,13	25.072.088,81
(-) Capital A Realizar	(26.566,21)	(38.932,37)
Reserva de Sobras	19.323.948,99	12.845.038,14
Sobras ou Perdas Acumuladas	2.347.519,88	4.881.032,14
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	278.007.149,16	190.574.552,57

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS ACUMULADO

Descrição	Nota	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira		11.087.799,49	22.588.242,36	14.395.361,68	33.435.822,46
Operações de Crédito	20	9.884.241,96	20.116.068,28	12.509.084,96	29.395.009,31
Resultado de Operações com Tt. e Valores Mob. e Instr. Financeiros		3.967,20	11.174,77	1.275,53	23.852,33
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		1.199.570,33	2.460.999,31	1.875.001,39	4.016.960,82
Dispendio da Intermediação Financeira	21	(3.114.442,58)	(6.829.205,88)	(3.111.129,24)	(11.017.704,66)
Operações de Captação no Mercado	12,b	(1.303.071,91)	(3.008.079,65)	(2.608.727,80)	(5.347.355,02)
Operações de Empréstimos e Repasses	13	(147.888,25)	(147.888,25)	-	-
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		(1.663.482,42)	(3.673.237,98)	(502.401,44)	(5.670.349,64)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		7.973.356,91	15.759.036,48	11.284.232,44	22.418.117,80
Outros Ingressos/Receitas (Dispendios/Despesas) Operacionais		(4.939.034,09)	(9.949.800,39)	(6.109.468,30)	(10.863.314,06)
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço	22	3.251.145,28	5.743.330,61	2.743.216,27	4.200.505,40
Rendas (Ingressos) de Tarifas	23	1.554.041,98	2.988.310,78	1.712.846,59	3.247.380,08
Despesa (Dispendios) de Pessoal	24	(5.579.137,67)	(10.820.864,03)	(5.361.292,16)	(10.363.686,66)
Despesas (Dispendios) Administrativas	25	(4.426.657,09)	(9.056.352,99)	(4.896.113,94)	(9.385.705,51)
Despesas(Dispendios) Tributárias	26	(335.933,79)	(640.920,97)	(290.766,18)	(535.707,39)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	29	292.194,01	2.534.444,94	996.008,26	2.905.995,47
Outras Despesas (Dispendios) Operacionais	27	(441.360,23)	(671.671,71)	(559.134,90)	(931.700,01)
Despesas (Dispendios) de Provisão para Garantias Prestadas		(13.326,58)	(26.077,02)	53.767,76	2.604,56
Resultado Operacional		3.034.322,82	5.809.236,09	5.174.764,14	11.557.803,74
Outras Receitas e Despesas	28	1.947,19	14.004,14	(8.094,96)	(1.408,79)
Outras Transações com Valores e Bens		-	-	-	(809,37)
Outras Receitas		7.666,19	19.723,14	20.886,39	29.280,30
Outras Despesas		(5.719,00)	(5.719,00)	(3.800,66)	(4.698,99)
Outras Despesas Recorrentes de Provisões		-	-	(25.180,69)	(25.180,69)
Resultado Antes da Tributação e Participações		3.036.270,01	5.823.240,23	5.166.669,18	11.556.394,99
Imposto de Rendas		(85.655,84)	(172.331,57)	83.878,53	-
Contribuição Social		(69.337,62)	(114.193,84)	43.460,10	-
Participações nos Resultados de Empregados		-	-	(742.368,66)	(742.368,66)
Sobras/Perdas Antes das Destinações	2.881.276,55	5.536.714,82	4.551.639,15	10.814.026,33	
Destinações Legais e Estatutárias					
FATES		-	(2.532.123,17)	-	(4.881.032,13)
Reserva Legal		-	(2.278.910,65)	-	(4.392.928,92)
Resultado Antes dos Juros no Capital	2.881.276,55	3.004.591,65	4.551.639,15	5.932.994,20	
Juros no Capital		4.472.468,49	4.472.468,49	(1.051.962,26)	(1.051.962,26)
Sobras/Perdas Líquidas	2.408.808,06	2.532.123,16	3.499.677,89	4.881.032,14	

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

DRA	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Sobras/Perdas Líquidas		2.881.276,55	5.536.714,82	4.551.639,15	10.814.026,33
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Total do resultado abrangente		2.881.276,55	5.536.714,82	4.551.639,15	10.814.026,33

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Descrição	Nota	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Sobras/Perdas Antes das Destinações	2.881.276,55	5.536.714,82	4.551.639,15	10.814.026,33	
Ajuste de Exercícios Anteriores		-	(184.603,28)	-	(588.483,17)
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	(350.288,31)	-	(742.368,66)
Participações nos Resultados de Empregados		-	-	-	4.472.468,49
Provisão/Reversão para Operações de Créditos	1.663.482,42	3.673.237,98	502.401,44	5.670.349,64	31.435.822,46
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas	11.574.545	210.310,82	95.456,33	235.556,96	25.180,69
Provisão/Reversão para desvalorização de outros valores e bens	-	-	25.180,69	-	-
Depreciações e Amortizações	245.853,81	472.263,88	234.269,39	471.701,81	-
Sobras/Perdas Líquidas antes das destinações	4.908.187,23	9.358.825,11	6.151.315,66	17.370.700,92	
Títulos e Valores Mobiliários	9.401,68	2.214,11	14.006,43	1.429,43	-
Relações Interfinanceiras	-	-	4.940,31	-	-
Operações de Crédito	(45.472.672,01)	(47.258.476,89)	(12.111.475,06)	(25.450.147,97)	-
Outros Créditos	123.177,53	157.706,17	(158.242,91)	(434.189,54)	-
Outros Valores e Bens	92.411,11	(433.617,09)	123.756,28	(430.920,17)	-
Depósitos à Vista	34.468.258,35	52.450.982,43	10.131.309,95	13.207.234,86	-
Depósitos sob Aviso	(8.280,74)	(2.658,45)	(96.823,45)	(66.321,61)	-
Depósitos à Prazo	15.849.633,33	29.475.673,30	(2.232.301,23)	3.194.094,33	-
Resultado de Exercícios Futuros			(52,92)	52,92	-
Relações Interdependências	(2.470,82)	(43.666,64)	17.230,79	11.604,66	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	21.138.293,48	21.138.293,48	-	(790.346,79)	-
Outras Obrigações	1.828.129,79	279.591,22	(1.014.041,42)	(500.000,00)	-
Destinação de Sobras Exercício Anterior ao FATES	(681.032,14)	(681.032,14)	(488.103,21)	(488.103,21)	-
FATES Sobras Exercício	(253.212,32)	(253.212,32)	(488.103,21)	(488.103,21)	-
Imposto de Renda	(85.655,84)	(172.331,57)	83.878,53	-	-
Contribuição Social	(69.337,62)	(114.193,84)	43.460,10	-	
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais	31.844.831,01	63.903.146,36	468.865,69	5.625.087,63	
Recebimento Dividendos	-	262.322,76	-	469.602,07	-
Distribuição Sobras da Central	-	87.965,55	-	118.881,10	-
Aquisição de Intangível	(30.341,22)	(633.149,44)	20.846,80	57.588,57	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(962.275,39)	(2.296.278,50)	(1.890.398,46)	(3.087.858,10)	-
Aquisição de investimentos	-	(955.513,94)	-	(588.483,74)	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(992.616,61)	(2.965.219,45)	(1.869.551,66)	(3.030.275,10)	
Aumento por Novos Aportes de Capital	180.670,07	405.126,02	328.185,70	688.045,74	-
Devolução de Capital a Cooperados	(2.743.195,09)	(3.060.019,90)	(1.486.687,38)	(3.528.688,52)	-
Estorno/Cancelamento de Capital	-	-	(250,00)	(600,00)	-
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital a Pagar					
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados	-	-	-	(3.733,11)	-
Juros ao Capital pago	430.206,35	430.206,35	1.033.119,99	1.033.119,99	-
IRRF sobre Juros no Capital	-	-	(10.216,65)	-	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	(2.132.651,66)	(2.225.020,52)	(1.335.848,34)	(2.314.148,50)	
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	28.719.562,74	58.712.906,39	5.536.536,31	280.664,03	-
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	101.472.862,93	71.479.519,28	73.016.055,59	71.198.855,25	-
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	130.192.425,67	130.192.425,67	71.479.519,28	71.479.519,28	-
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	28.719.562,74	58.712.906,39	(1.335.848,34)	280.664,03	

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO

Eventos	Capital Social	Capital Reservas	Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
Solado em 31/12/2019	24.932.700,17	4.881.032,14	45.789.226,72	36.299.414,14	
Destinações de Sobras Exercício Anterior:					
As FATES	-	-	-	(4.881.032,14)	(4.881.032,14)
Contribuição de Reservas	-	-	4.200.000,00	-	4.200.000,00
Em Conto Corrente do Associado	-	-	-	-	-
As Capital	4.190,94	-	-	-	4.190,94
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Resgate	641.582,88	46.402,86	-	-	687.985,74
Por Devolução de Capital	(3.509.688,52)	-	-	-	(3.509.688,52)
Estorno de Capital	(600,00)	-	-	-	(600,00)
Sobras ou Perdas Brutas				10.814.026,33	10.814.026,33
Remuneração de Juros no Capital:					
Provisão de Juros no Capital	1.033.119,99	-	-	-	1.033.119,99
Juros no Capital	-	-	-	(1.033.119,99)	(1.033.119,99)
IRRF sobre Juros no Capital	-	-	-	(10.216,65)	(10.216,65)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:					
Fundo de Reserva	-	4.392.928,92	-	-	4.392.928,92
F.A.T.E.S.	-	-	-	(4.881.032,14)	(4.881.032,14)
Solado em 31/12/2020	22.834.702,13	(24.564,21)	19.323.948,99	4.881.032,14	
Solado em 30/04/2020	25.241.395,74	(47.380,34)	8.402.107,22	6.242.587,18	39.863.500,18
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Resgate	335.993,07	48.448,89	-	-	384.441,96
Por Devolução de Capital	(1.562.509,88)	-	-	-	(1.562.509,88)
Sobras ou Perdas Brutas				5.536.714,82	5.536.714,82
Remuneração de Juros no Capital:					
Provisão de Juros no Capital	1.033.119,99	-	-	-	1.033.119,99
Juros no Capital	-	-	-	(1.033.119,99)	(1.033.119,99)
IRRF sobre Juros no Capital	-	-	-	(10.216,65)	(10.216,65)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:					
Fundo de Reserva	-	4.392.928,92	-	-	4.392.928,92
F.A.T.E.S.	-	-	-	(4.881.032,14)	(4.881.032,14)

Solado em 31/12/2019	25.072.088,81	(38.932,37)	12.845.038,14	-	4.881.032,14	45.789.226,72
Solado em 30/04/2020	24.965.445,14	(24.877,56)	12.845.038,14	-	7.351.847,13	45.137.492,85
Destinações de Sobras Exercício Anterior:						
As FATES	-	-	-	-	(4.881.032,14)	(4.881.032,14)
Contribuição de Reservas	-	-	4.200.000,00	-	(4.200.000,00)	-
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Resgate	182.358,72	1.488,66	-	-	-	183.847,38
Por Devolução de Capital	(2.743.195,09)	-	-	-	-	(2.743.195,09)
Sobras ou Perdas Brutas					2.881.276,55	2.881.276,55
Remuneração de Juros no Capital:						
Provisão de Juros no Capital	430.206,35	-	-	-	-	430.206,35
Juros no Capital	-	-	-	-	(430.206,35)	(430.206,35)
IRRF sobre Juros no Capital	-	-	-	-	-	-
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:						
Fundo de Reserva	-	-	2.278.910,85	-	-	2.278.910,85
F.A.T.E.S.	-	-	-	-	(253.212,32)	(253.212,32)
Solado em 31/12/2020	22.834.702,13	(24.564,21)	19.323.948,99	-	4.881.032,14	45.789.226,72

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO LESTE E NORDESTE MINEIRO LTDA - SICOOB AC CREDI, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 24/10/1996, filiada à CCE CRÉD EST MG LTDA. SICOOB CENTRAL CECREMEGE – SICOOB CENTRAL CECREMEGE é componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB AC CREDI, sediado à Avenida Minas Gerais nº319 Centro Governador Valadares, possui 11 Agências de Atendimento nas seguintes localidades: GOVERNADOR VALADARES - MG, ENGENHEIRO CALDAS - MG, CONSELHEIRO PENA - MG, BELO ORIENTE - MG, DOM CAVATI - MG, RESPLENDOR - MG, TEOFILO OTONI - MG, ITAMBACURI - MG, AIMORÉS - MG, NAQUE - MG. O SICOOB AC CREDI tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito;
- Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central

BALANÇO PATRIMONIAL 2020

SICOOB AC CREDI – COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO LESTE E NORDESTE MINEIRO LTDA



municipais vigentes.

Horário especial para grupos de risco – Foi reservado horário prioritário para atender idosos e pessoas do grupo de risco.

Medição da temperatura – Foram disponibilizados termômetros à laser para que colaboradores e cooperados possam aferir a temperatura.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL CECREMGE e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

j) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

l) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

m) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

n) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die.

o) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

p) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

q) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

r) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

s) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

t) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do Art. 193 do mesmo Decreto.

u) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

v) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

x) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O caixa e os equivalentes de caixa apresentados na demonstração dos fluxos de caixa estão constituídos

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários	3.282.545,80	4.739.613,74
Relações interfinanceiras - centralização financeira	126.909.879,87	66.739.905,54
TOTAL	130.192.425,67	71.479.519,28

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Títulos de Renda Fixa	401.360,12	403.574,23
TOTAL	401.360,12	403.574,23

Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Recibos de Depósitos Interbancários – RDI, no SICOOB CENTRAL CECREMGE, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI. Tal recurso tem por objetivo garantir operações firmadas junto ao SICOOB CENTRAL CECREMGE.

6. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECREMGE, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31/12/2020 e 31/12/2019 foram respectivamente R\$ 2.460.999,31 e R\$ 4.016.960,82, com taxa média de 101% do CDI nos respectivos períodos.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Relações interfinanceiras - centralização financeira	126.909.879,87	66.739.905,54
TOTAL	126.909.879,87	66.739.905,54

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	53.275.183,52	63.484.082,86	116.759.266,38	79.682.197,80
Financiamentos	9.755.798,04	26.234.383,05	36.990.181,09	27.855.054,97
Total de Operações de Crédito	63.030.981,56	89.718.465,91	152.749.447,47	107.537.252,77
(-) Provisões para Operações de Crédito	(3.435.936,04)	(5.501.567,12)	(8.937.503,16)	(7.310.547,37)
TOTAL	59.595.045,52	84.216.898,79	143.811.944,31	100.226.705,40

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA - Normal	19.054.773,05	1.643.300,34	20.698.073,39		14.837.751,55	
A 0,5% - Normal	43.477.299,94	15.471.188,30	58.948.488,24	(294.742,44)	43.335.218,64	(216.676,09)
B 1% - Normal	23.089.473,45	11.370.133,00	34.459.606,45	(344.596,06)	19.611.503,84	(196.115,04)
B 1% - Vencidas	463.257,42	18.670,07	481.927,49	(4.819,27)	479.704,25	(4.797,04)
C 3% - Normal	19.159.379,25	5.709.105,60	24.868.484,85	(746.054,55)	17.333.023,41	(519.990,70)
C 3% - Vencidas	365.826,02	0,00	365.826,02	(10.974,78)	1.143.809,32	(34.314,28)
D 10% - Normal	1.486.322,73	713.494,39	2.199.817,12	(219.981,71)	1.967.214,46	(196.721,45)
D 10% - Vencidas	159.914,65	87.756,87	247.671,52	(24.767,15)	595.552,02	(59.555,20)
E 30% - Normal	2.272.797,78	663.532,54	2.936.330,32	(880.899,10)	1.693.377,68	(508.013,30)
E 30% - Vencidas	284.252,81	67.171,09	351.423,90	(105.427,17)	806.005,93	(241.801,78)
F 50% - Normal	480.818,09	13.358,77	494.176,86	(247.088,43)	262.325,93	(131.162,97)
F 50% - Vencidas	1.019.991,37	94.779,36	1.114.770,73	(557.385,37)	249.636,79	(124.818,40)
G 70% - Normal	67.430,78	0,00	67.430,78	(47.201,55)	333.737,22	(233.616,05)
G 70% - Vencidas	131.545,01	74.636,87	206.181,88	(144.327,32)	151.424,79	(105.997,35)
H 100% - Normal	3.460.723,09	0,00	3.460.723,09	(3.460.723,43)	3.957.398,91	(3.957.398,91)
H 100% - Vencidas	1.785.460,94	63.053,89	1.848.514,83	(1.848.514,83)	779.568,81	(779.568,81)
Total Normal	112.549.018,16	35.584.112,94	148.133.131,10	(6.241.287,27)	103.331.550,86	(5.959.694,51)
Total Vencidas	4.210.248,22	406.068,15	4.616.316,37	(2.696.215,89)	4.205.701,91	(1.350.852,86)
Total Geral	116.759.266,38	35.990.181,09	152.749.447,47	(8.937.503,16)	107.537.252,77	(7.310.547,37)
Provisões	(8.106.280,82)	(831.222,34)	(8.937.503,16)		(7.310.547,37)	
Total Líquido	108.652.985,56	35.158.958,75	143.811.944,31		100.226.705,40	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	22.274.305,97	31.000.877,55	63.484.082,86	116.759.266,38
Financiamentos	2.576.984,56	7.178.813,45	26.234.383,05	35.990.181,09
TOTAL	24.851.290,56	38.179.691,00	89.718.465,91	152.749.447,47

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	31/12/2020	% da Carteira
Sector Privado - Comércio	36.828.774,54	6.549.525,01	43.378.299,55	28%
Sector Privado - Indústria	4.294.012,78	277.711,11	4.571.723,89	3%
Sector Privado - Serviços	54.992.208,78	14.653.201,55	69.645.410,33	46%
Pessoa Física	17.098.418,41	13.906.967,27	31.005.385,68	20%
Outros	3.545.851,87	602.776,15	4.148.628,02	3%
TOTAL	116.759.266,38	35.990.181,09	152.749.447,47	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(7.310.547,37)	(3.048.690,26)
Constituições/ Reversões	(3.720.945,12)	(5.645.945,93)
Transferência para prejuízo	2.094.029,33	1.384.088,82
TOTAL	(8.937.503,16)	(7.310.547,37)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	3.238.080,26	2,00%	4.337.342,12	4,00%
10 Maiores Devedores	19.787.280,94	13,00%	22.683.835,32	21,00%
50 Maiores Devedores	45.229.912,51	30,00%	42.635.796,85	40,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	15.429.517,56	19.813.448,02
Valor das operações transferidas no período	2.094.029,33	1.384.088,82

Valor das operações recuperadas no período	(613.280,91)	(5.768.019,28)
TOTAL	16.910.265,98	15.429.517,56

8. OUTROS CRÉDITOS

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Avais e Fianças Honorários (a)	171.514,40	-	259.034,32	-
Rendas a Receber				
Serviços prestados a receber (b)	150.360,43	-	39.510,47	-
Outras rendas a receber	36.876,51	-	23.548,04	-
Rendimentos Centralização Financeira - Central (c)	209.784,72	-	252.663,14	-
Diversos				
Adiantamentos e antecipações salariais	20.452,93	-	337.759,73	-
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	-	-	66,00	-
Adiantamentos por conta de imobilizações	92.328,11	-	298,00	-
Devedores por depósitos em garantia (d)	-	1.473.302,61	-	1.266.968,84
Imposto de renda a recuperar	-	-	2.254,00	-
Títulos e créditos a receber (f)	153.081,83	-	131.436,40	-
Devedores diversos - país	61.586,09	-	79.422,59	-
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos (e)	365.001,34	-	545.145,76	-
(-) Provisões para outros créditos				
(-) Com características de concessão de crédito (g)	(139.381,21)	0,00	(186.193,16)	-
TOTAL	1.121.605,15	1.473.302,61	1.484.945,29	1.266.968,84

- (a) O saldo de Avais e Fianças Honorários refere-se por operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual.
- (b) Saldo de serviços prestados a receber está composto substancialmente por rendas a receber de serviços de convênios (saneamento, energia, telecomunicações, tributos federais, estaduais, municipais entre outros) e rendas de cartões.
- (c) Refere-se à remuneração mensal da centralização financeira a receber da CENTRAL SICOOB CENTRAL CECREMEGE referente ao mês de dezembro/2020.
- (d) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS sobre Atos Cooperativos (R\$217.803,67), COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$1.046.015,73) e Recursos Trabalhistas (R\$209.483,21).
- (e) Refere-se a impostos a compensar sob saldo negativo do IRPJ e CSSL, referente aos anos de 2017 a 2019, os quais serão compensados com eles ou com outros tributos no ano de 2021, mediante Perdcomp.
- (f) Refere-se a tarifas pendentes a serem debitadas nas contas correntes dos cooperados.
- (g) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fianças Honorários	Total em		Provisões	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
E 30% Normal	6.833,32	6.833,32	(2.050,00)	23.635,10	(7.090,53)
E 30% Vencidas	19.725,07	19.725,07	(5.917,52)	50.866,00	(15.259,80)
F 50% Normal	0,00	0,00	0,00	342,70	(171,35)
F 50% Vencidas	14.075,18	14.075,18	(7.037,59)	29.687,05	(14.843,53)
G 70% Vencidas	21.682,50	21.682,50	(15.177,75)	18.918,72	(13.243,10)
H 100% Vencidas	109.198,33	109.198,33	(109.198,33)	135.584,75	(135.584,75)
Total Geral	171.514,40	171.514,40	(139.381,19)	259.034,32	(186.193,06)
Provisões	(139.381,19)	(139.381,19)		(186.193,06)	
Total Líquido	32.133,21	32.133,21		72.841,26	

9. OUTROS VALORES E BENS

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Bens Não de Uso Próprio (a)	7.116.748,31	6.533.068,31
Bens Não de Uso Próprio – Imóveis	(3.476.501,88)	(3.367.567,43)
Material em Estoque	0,00	350,00
Despesas Antecipadas (b)	131.549,96	172.328,42
Provisões para Desvalorizações (c)	(216.756,99)	(216.756,99)
TOTAL	3.555.039,40	3.121.422,31

- (a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor de R\$7.116.748,31 referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção. No entanto, houve um registro de correção da dívida de algumas operações até a data de referência do recebimento no valor de R\$ 3.476.501,88, a ser apropriada em contas de resultado mediante efetivação da receita, ou seja, quando a venda do bem.

Descrição do Bem	Data do Recebimento	Valor - R\$
Apartamento residencial de nº101 1º pavimento do Edifício Terezina Argolo com frente para rua Constantino Omega nº82 Bairro Vila Euzébio Cabral na cidade de Governador Valadares/MG.	29.05.2020	286.680,00
Lote terreno nº13 (área 300m2) e nº14 (375m2) quadra 04 da planta de loteamento do Bairro Jardim, do Trevo na cidade de Governador Valadares/MG.	28.02.2020	297.000,00
Área de terras legítimas, medindo 39.094,76m2 desmembrada de porção maior, situada nos lugares denominados "Indaíla Ribeirão do Campim, Capim e Bicuiba", genericamente conhecida como "Fazenda Palmital", BR-116.	28.06.2019	3.600.000,00
Apartamento nº:301, 3º pavimento do "Edifício Osmar Soares", com frente para a Rua José de Carvalho, nº1.236, Bairro Vila Euzébio Cabral, na cidade de Governador Valadares/MG	14.05.2019	270.000,00
Uma casa residencial coberta de telhas, lajeada, situada na Rua Brasília, nº:294 na cidade de Itambacuri.	31.08.2018	130.795,69
Lote 13 e 14 da quadra 57 com área total de 1.084,20m2 (mil e oitenta e quatro virgula vinte metros quadrados) na cidade de Conselheiro Pena/MG.	28.08.2018	701.979,92
Um veículo car/caminhão/c. fechada – Chassi:9BM979076GS037509 – Modelo:M.Benz/Accelo 1016 – Ano Fabricação :2016 Modelo:2016	12.05.2017	140.000,00
Lote de esquina nº08 da quadra "C" situados à rua "E", Bairro Village da Serra na cidade de Governador Valadares, matrícula nº: 41.415.	16.09.2016	88.289,42
Um terreno medindo 55.385,00m2 totalmente plana, sem edificação alguma no local denominado "Esgoto Pequeno" diviso com o bairro Vera Cruz na cidade de Governador Valadares, matrícula nº: 4.403.	30.04.2012	602.620,00
Um terreno medindo 20.000,00m2 totalmente plana, sem nenhuma edificação no bairro Vera Cruz na cidade de Governador Valadares, matrícula nº: 4.402.	30.04.2012	596.785,21
Lotes n.º de 01 a 07 na quadra nº:45 perfazendo uma área de 2.749,00m2 matrículas de n.ºs:39.395 a 39.401 e Lotes n.º de 10 a 14 da quadra nº:44 perfazendo uma área total de 1.470,00m2 matrículas de n.ºs:39.391 a 39.394 ambos na planta do bairro Jardim Atalaia na cidade de Governador Valadares.	30.04.2012	402.598,07
Total		7.116.748,31

- (b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuições cooperativista, IPTU.
- (c) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens.

10. INVESTIMENTOS

(Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Participação em Cooperativa Central De Crédito	4.363.888,22	3.670.699,19
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito	3.943.658,88	3.681.333,95
TOTAL	8.307.547,09	7.352.033,14

11. IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Imobilizado em Curso (a)		4.538.882,53	2.765.789,65
Terrenos		408.500,00	408.500,00
Edificações	4%	673.434,50	673.434,50
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(498.819,41)	(471.881,93)
Instalações	10%	1.290.772,34	1.100.284,36
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(419.876,25)	(313.631,67)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	981.216,53	907.718,35
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(664.166,43)	(607.934,41)
Sistema de Comunicação	20%	0,00	56.747,24
Sistema de Processamento de Dados	20%	2.060.443,08	1.828.218,27
Sistema de Segurança	10%	183.855,78	160.444,14
Sistema de Transporte	20%	156.224,17	156.224,17
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(1.635.417,03)	(1.412.188,66)
TOTAL		7.074.749,81	5.251.724,01

- (a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

12. DEPÓSITOS

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2020	Taxa média (% a.m.)	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	100.794.906,88		48.343.924,45	
Depósito Sob Aviso	1.053.452,12	0,16	1.056.110,57	0,36
Depósito a Prazo	120.229.649,44	0,15	90.753.973,94	0,34
TOTAL	222.078.008,44		140.154.008,96	

- a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	3.522.474,64	2,00%	2.730.714,81	2,00%
10 Maiores Depositantes	22.037.170,82	10,00%	16.434.782,58	12,00%
50 Maiores Depositantes	55.277.192,66	25,00%	39.842.853,23	29,00%

- b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/20	2020	2º sem/19	2019
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(10.303,68)	(28.613,05)	(30.372,86)	(64.376,83)
Despesas de Depósitos a Prazo	(1.138.824,17)	(2.716.249,29)	(2.476.709,83)	(5.087.213,83)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(153.944,06)	(263.217,31)	(101.645,11)	(195.764,36)
TOTAL	(1.303.071,91)	(3.008.079,65)	(2.608.727,80)	(5.347.355,02)

13. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS E OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2020	31/12/2019
			Circulante	Circulante
Bancoob	1,25% + CDI a.a.	31/12/2020	21.138.293,48	0,00
TOTAL			21.138.293,48	0,00

As despesas dessa transação resultaram em 31/12/2020 o montante de R\$147.888,25 (cento e quarenta e sete mil oitocentos e oitenta e oito reais e vinte e cinco centavos) com o título na Demonstração de Sobras e Perdas de "Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses".

14. RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
	Circulante	Circulante
Cobrança de Terceiros em Trânsito	496,30	9.411,73
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	14.305,33	49.055,54
TOTAL	14.801,63	58.467,27

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	254,22	-	57.956,47	-
Sociais e Estatutárias	2.821.962,57	-	2.388.261,18	-
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	532.948,57	-	476.152,70	-
Diversas	3.634.338,35	1.308.938,11	3.325.535,42	1.375.743,85
TOTAL	6.989.503,71	1.308.938,11	6.246.905,77	1.375.743,85

15.1 SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
	Circulante	Circulante
Provisão para Participações nos Lucros	0,00	742.368,66
Resultado de Atos com Associados (a)	658.058,03	488.103,21
Resultado de Atos com não Associados (a)	17,13	17,12
Cotas de Capital a Pagar (b)	2.163.887,43	1.157.772,19
TOTAL	2.821.962,57	2.388.261,18

- (a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.
- (b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

15.2 OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
	Circulante	Circulante
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	30.641,92	0,00
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	37.729,26	48.121,54
Impostos e Contribuições sobre Salários	351.533,30	358.044,37
Outros	113.044,09	68.986,79
TOTAL	532.948,57	475.152,70

BALANÇO PATRIMONIAL 2020

SICOOB AC CREDI – COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO LESTE E NORDESTE MINEIRO LTDA



15.3 DIVERSAS

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	10.363,75	-	12.825,96	-
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros (a)	1.142.862,10	-	593.049,70	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (b)	1.689.312,54	-	1.689.583,23	-
Provisão para Passivos Contingentes (c)	-	1.307.695,75	-	1.372.668,55
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (d)	168.692,89	1.242,36	140.835,85	3.022,38
Credores Diversos – País (e)	623.107,07	-	889.240,68	-
TOTAL	3.634.338,35	1.308.938,11	3.325.535,42	1.375.690,93

- (a) Referem-se às obrigações de pagamento relacionadas a contas salários de funcionários contratados por empresas associadas a cooperativa.
- (b) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com pessoal (férias e encargos incidentes, previdência privada dos colaboradores, honorários dos conselhos e Diretoria Executiva e salários colaboradores, – R\$1.140.429,66), água/energia/gás (R\$6.030,10), alugueis (R\$5.366,65), comunicações (R\$24.159,27), compensação (R\$43.649,30), transporte de valores (R\$77.738,14), segurança e vigilância (R\$86.235,28), seguro prestamista (R\$185.019,25) e outros (R\$120.684,89).
- (c) É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2019		31/12/2019	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98 (1)	1.263.819,40	1.263.819,40	1.262.772,31	1.262.772,31
Para Interposição de Recursos Trabalhistas (2)	43.876,35	209.483,21	119.896,24	14.196,53
TOTAL	1.307.695,75	1.473.302,61	1.372.668,55	1.266.968,84

- (1) PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a julho de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.
- (2) Trabalhistas - Tem-se que os valores de depósito recursal foram efetivados para instruir recursos para 2ª e 3ª instâncias, interpostos em ações trabalhistas com perda parcial em 1ª instância.
- (3) Refere-se à contabilização, a partir de janeiro de 2017, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$11.396.860,37 (R\$8.909.118,94 em 31/12/2019), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.
- (e) Refere-se aos cheques depositados relativos aos descontos enviados à compensação, porém, não baixados até a data-base de 31.12.2020 (R\$100.760,04), credores liquidação cobrança (R\$139.294,62) diferenças de caixa, compensação do Bancoob e diversas a regularizar (R\$327.221,21) e outros (R\$55.831,20).

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O SICOOB AC CREDI opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	22.808.135,92	25.033.156,44
Associados	16.674	14.157

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 45%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, realizada em 30 de setembro de 2020, os cooperados deliberaram pelo aumento da reserva legal (R\$4.200.000,00) e do FATES (R\$681.032,14) com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$4.881.032,14 (quatro milhões oitocentos e oitenta e um mil trinta e dois reais e quatorze centavos).

d) Destinações estatutárias e legais – corrigir valor a disposição

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2020	2019
Sobra líquida do exercício	5.064.246,33	9.762.064,27
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	-	-
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	5.064.246,33	9.762.064,27
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 45%	(2.278.910,85)	(4.392.928,92)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(253.212,32)	(488.103,21)
Sobra Líquida do Exercício 2020	2.532.123,16	4.881.032,14
Ajuste de Exercícios Anteriores (2019)	(184.603,28)	-
Sobras à disposição da Assembleia Geral	2.347.519,88	4.881.032,14

18. RESULTADO DE ATOS NÃO COOPERATIVOS

No exercício de 2020 o resultado de atos não cooperativos apurado teve um valor negativo não havendo destinação.

Descrição	2020	2019
Sobra/Perda Líquida do Exercício (desconsiderando despesa IRPJ/CSLL)	5.350.771,74	9.762.064,27
Resultado de Atos Com Associados	(3.790.742,82)	(7.965.090,46)
Ajustes do Resultado com Não Associados (IRPJ/CSLL)	(286.525,41)	-
Outras Deduções (Conforme Resolução 129/16 e Resolução 145/16)	(2.687.679,75)	(3.392.518,25)
Resultado de Atos Com Não Associados Conforme Artigo 87 da Lei 5.764/71	(1.414.176,24)	(1.595.544,44)

19. PROVISÃO DE JUROS AO CAPITAL

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

No exercício de 2020, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$1.051.962,06, equivalente a 70% da variação da SELIC. Em 2019, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$472.468,49, equivalente a 70% da variação da SELIC.

20. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas De Adiantamentos A Depositantes	44.558,61	109.852,95	61.990,67	159.223,47
Rendas De Empréstimos	6.715.650,77	13.178.517,11	7.533.251,45	14.541.488,30
Rendas De Direitos Creditórios Descontados	862.051,88	2.248.441,31	1.727.420,33	3.762.114,28
Rendas De Financiamentos	1.760.975,16	3.601.497,76	1.712.415,85	2.949.605,64
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	501.005,54	977.759,15	1.474.006,66	7.982.577,62
TOTAL	9.884.241,96	20.116.068,28	12.509.084,96	29.395.009,31

21. DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas De Captação	(1.303.071,91)	(3.008.079,65)	(2.608.727,80)	(5.347.355,02)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(147.888,25)	(147.888,25)	0,00	0,00
Provisões/Reversões para Operações de Crédito	(1.663.482,42)	(3.673.237,98)	(502.401,44)	(5.670.349,64)
TOTAL	(3.114.442,58)	(6.829.205,88)	(3.111.129,24)	(11.017.704,66)

22. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Cobrança	884.538,59	1.654.488,78	797.584,84	1.599.107,24
Rendas de outros serviços -	2.366.606,69	4.088.788,91	1.439.528,10	2.601.294,83
Rendas de Garantias Prestadas	0	52,92	103,33	103,33
TOTAL	3.251.145,28	5.743.330,61	2.237.216,27	4.200.505,40

23. RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	440.745,22	784.483,72	292.212,20	524.585,10
Rendas de Serviços Prioritários - PF	131.686,00	251.498,50	124.663,00	244.683,95
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	39.663,66	64.863,83	30.270,62	50.450,14
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	941.947,10	1.887.704,73	1.265.700,77	2.427.660,83
TOTAL	1.554.041,98	2.988.310,78	1.712.846,59	3.247.380,03

24. DESPESAS DE PESSOAL

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(39.248,46)	(78.496,92)	(40.603,30)	(79.367,23)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(588.002,76)	(1.182.694,08)	(579.712,42)	(1.149.849,75)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(846.203,25)	(1.562.907,30)	(777.175,67)	(1.437.910,68)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(1.087.724,76)	(2.132.203,75)	(1.059.970,75)	(2.073.287,40)
Despesas de Pessoal - Proventos	(2.994.024,05)	(5.800.101,74)	(2.822.857,97)	(5.511.760,15)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(4.566,66)	(9.711,16)	(47.441,10)	(51.981,35)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(19.367,73)	(54.749,08)	(33.530,95)	(59.530,10)
TOTAL	(15.579.137,67)	(10.820.864,03)	(16.361.292,16)	(10.363.686,66)

25. OUTROS DISPÊNDIOS ADMINISTRATIVOS

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Água, Energia e Gás	(137.180,77)	(338.181,40)	(207.782,40)	(433.449,46)
Despesas de Aluguéis	(166.645,15)	(333.071,33)	(158.658,31)	(311.765,57)
Despesas de Comunicações	(240.962,03)	(513.498,62)	(244.544,53)	(488.901,95)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(13.936,67)	(35.935,46)	(27.611,68)	(71.528,89)
Despesas de Material	(44.153,53)	(108.946,59)	(61.396,88)	(114.657,50)
Despesas de Processamento de Dados	(475.033,12)	(1.002.327,30)	(504.380,50)	(940.668,58)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(35.161,45)	(38.361,45)	(45.380,06)	(102.326,88)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(53.362,00)	(141.413,47)	(184.218,66)	(290.485,54)
Despesas de Publicações	(489,60)	(489,60)	0,00	(3.600,00)
Despesas de Seguros	(44.434,00)	(119.691,19)	(51.999,26)	(122.295,78)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(993.130,24)	(2.110.331,76)	(975.597,07)	(1.922.564,96)
Despesas de Serviços de Terceiros	(297.126,39)	(551.475,90)	(248.732,45)	(508.432,08)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(649.853,11)	(1.264.638,81)	(537.484,76)	(997.110,28)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(129.389,57)	(254.208,21)	(155.047,27)	(384.744,71)
Despesas de Transporte	(563.701,86)	(1.103.763,87)	(604.473,92)	(1.103.032,14)
Despesas de Viagem no País	(20.414,14)	(34.124,35)	(66.902,69)	(95.261,00)
Despesas de Depreciação	(245.853,81)	(473.253,08)	(234.269,39)	(471.701,81)
Outras Despesas Administrativas	(159.140,53)	(300.273,33)	(296.176,44)	(431.453,83)
Emolumentos judiciais e cartórios	(38.119,81)	(96.804,79)	(171.320,38)	(314.141,61)
Contribuição a OCE	(37.668,72)	(69.059,37)	(36.225,85)	(69.708,89)
Ratificação de despesas da Central	(80.900,79)	(166.503,11)	(85.911,44)	(171.687,11)
Ratificação de despesa do Sicoob conf.	0,00	0,00	0,00	(36.186,94)
TOTAL	(4.426.657,09)	(9.056.352,99)	(4.898.113,94)	(9.385.705,51)

26. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	48.931,35	82.477,76	26.959,84	138.785,52
Dividendos	0,00	262.322,76	0,00	469.602,07
Deduções e abatimentos	357,21	358,38	2,32	12,97
Distribuição de sobras da central	0,00	87.965,55	0,00	118.881,10
Rendas de repasses Del Credere	707,47	1.978,18	1.963,29	4.394,80
Outras rendas operacionais	34.350,52	70.725,12	17.265,29	41.766,81
Rendas oriundas de cartões de crédito	887.847,46	2.028.617,19	949.817,52	2.132.552,20
TOTAL	972.194,01	2.534.444,94	996.008,26	2.905.995,47

27. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Outras - Despesas de Provisões Operacionais	(60.938,97)	(146.590,00)	(120.250,67)	(135.923,24)
Outras Despesas Operacionais	(119.517,98)	(225.668,70)	(333.137,21)	(622.879,28)
Descontos concedidos - operações de crédito	(4.741,44)	(26.462,91)	(7.170,48)	(9.448,75)
Cancelamento - tarifas pendentes	(156.161,84)	(272.950,10)	(98.621,54)	(163.448,74)
TOTAL	(341.360,23)	(671.671,71)	(559.139,90)	(931.700,01)

28. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Descrição	2º sem/20	2020	2º sem/19	2019
Ganhos de Capital	7.666,19	19.723,14	20.886,39	29.280,30
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	0,00	0,00	0,00	(809,37)
(-) Perdas de Capital	(5.719,00)	(5.719,00)	(3.800,66)	(4.698,99)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	0,00	0,00	(25.180,69)	(25.180,69)
Resultado Líquido	1.947,19	14.004,14	(8.094,96)	(1.408,75)

29. PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidades de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições

BALANÇO PATRIMONIAL 2020

SICOOB AC CREDI – COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO LESTE E NORDESTE MINEIRO LTDA



estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2020:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	7.996.417,43	2,9880%	27.861,93
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	1.590.146,83	0,5942%	7.943,24
TOTAL	9.586.564,36	3,5822%	35.805,17
Montante das Operações Passivas	8.925.550,00	6,8610%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2020:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	30.960,32	470,53	4,6729%
Conta Garantida	0,65	0,65	0,0000%
Empréstimos	8.339.078,46	177.338,81	8,1274%
Financiamentos	1.892.900,26	10.562,69	5,2595%
Financiamentos Rurais	2.317,39	23,17	0,0202%

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	30.960,32	470,53	4,6729%
Conta Garantida	0,65	0,65	0,0000%
Empréstimos	8.339.078,46	177.338,81	8,1274%
Financiamentos	1.892.900,26	10.562,69	5,2595%
Financiamentos Rurais	2.317,39	23,17	0,0202%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m.)
Direitos Creditórios Descontados	1,1000%	2,6333%
Empréstimos	0,6239%	38,0087%
Financiamentos Rurais - repasses	0,7645%	62,3148%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	99,4336%	166,6462%

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2020	
Empréstimos e Financiamentos	2,8227%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	1,7674%
Aplicações Financeiras	6,8610%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Direitos Creditórios Descontados	7.925,31
Empréstimos	23.857.390,59
Financiamentos	8.266.342,20

e) No exercício de 2020 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2020 (R\$)			BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)	
Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Honorários - Conselho Fiscal	(39.248,46)	(78.496,92)	(40.603,30)	(79.367,23)
Honorários - Conselho de Administração	(274.397,34)	(555.483,24)	(272.313,50)	(538.407,41)
Honorários - Diretoria Executiva	(313.605,42)	(627.210,84)	(307.398,92)	(611.442,34)
Encargos Sociais	(117.844,71)	(252.238,34)	(117.097,46)	(246.258,67)
Plano de Saúde	(6.159,44)	(12.543,12)	(5.782,49)	(10.763,07)

30. COOPERATIVA CENTRAL

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO LESTE E NORDESTE MINEIRO LTDA - SICOOB AC CREDI, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCE CRÉD EST MG LTDA. SICOOB CENTRAL CECREMGE, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECREMGE, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CECREMGE a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB AC CREDI responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldo das transações da Cooperativa com a SICOOB CENTRAL CECREMGE:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante - Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5)	401.360,12	403.574,23
Ativo circulante - Relações interfinanceiras - centralização financeira (nota 6)	126.909.879,87	66.739.905,54
Ativo Permanente - Investimentos (nota 10)	4.363.888,22	3.670.699,19

31. GERENCIAMENTO DE RISCO

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

31.1 RISCO OPERACIONAL

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad)

é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

31.2 RISCO DE MERCADO E DE LIQUIDEZ

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

31.3 GERENCIAMENTO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

31.4 RISCO DE CRÉDITO E RISCO SOCIOAMBIENTAL

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos. O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

31.5 GESTÃO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

32. SEGUROS CONTRATADOS – NÃO AUDITADO

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

33. ÍNDICE DE BASILEIA

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades. Ao final do exercício de 2020, o Sicoob AC Credi apresentou Patrimônio de Referência (PR) de R\$38.010.156,30 e IB (Índice de Basileia) de 21,58, suficiente para amparar mais do que o dobro de ativos da carteira atual.

34. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB AC CREDI, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$439.245,00 (quatrocentos e trinta e nove mil duzentos e quarenta e cinco reais).

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores esperados de saída.

35. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Previdência Privada. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são equivalentes a no máximo 3% do salário.

GOVERNADOR VALADARES-MG, 22 de janeiro de 2021.

JOSE ELIAS NETO
DIRETOR DE OPERAÇÕES

ANA CRISTINA PEREIRA DOS ANJOS
CONTADOR 081217

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do Sicoob AC CREDI, em cumprimento das atribuições legais e estatutárias, examinaram o Balanço e as Demonstrações Financeiras e Contábeis, do Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, bem como os respectivos livros e documentos.

Baseado nos exames efetuados e no relatório da auditoria externa, de responsabilidade da Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa – CNAC, entendemos por unanimidade que as demonstrações contábeis e financeiras apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira desta cooperativa em 31/12/2020 as quais deverão ser encaminhadas para publicação e apresentação à Assembleia Geral.

NILTON PORCARO
COORDENADOR

BIANOR DA SILVA CUNHA
CONSELHEIRO EFETIVO

JOÃO MÁRCIO LUIZ DE ALMEIDA
CONSELHEIRO FISCAL EFETIVO

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Leste e Nordeste Mineiro Ltda - SICOOB AC CREDI
Governador Valadares - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Leste e Nordeste Mineiro Ltda - SICOOB AC CREDI, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB AC CREDI em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentar estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições

financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtivemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 17 de março de 2021.



Elisângela de Cássia Lara
Contador CRC MG 086.574/O

Júlio César Toledo de Carvalho
Contador CRC MG 69.261/O